

 ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resenha de “História Potencial: Desaprender o Imperialismo”

AZOULAY, AÏSHA **História Potencial:
Desaprender o Imperialismo**. São Paulo:
Ubu, 2024.

Danielle Santos de Freitas



<https://orcid.org/0000-0001-5474-3190>
email: danny.freitas09@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma resenha crítica do livro História Potencial: Desaprender o Imperialismo, de Ariella Aïsha Azoulay, que analisa a interseção entre história, memória e imperialismo. A obra objetiva desconstruir narrativas hegemônicas e evidenciar como a fotografia, os arquivos e os museus serviram e ainda servem como ferramentas de dominação colonial. Para isso, adota uma abordagem interdisciplinar, dialogando com teóricos de

diversas correntes do pensamento e apontando a fotografia como um dispositivo que molda relações de poder. Conclui que a forma como a fotografia tem sido utilizada, exposta e/ou arquivada reforça o imperialismo, desumaniza populações colonizadas e legitima a expropriação cultural. Como alternativa, propõe a criação de um contra-arquivo e a necessidade de desaprender as estruturas epistemológicas que perpetuam a dominação.

PALAVRAS-CHAVE: imperialismo, fotografia, memória, desaprendizagem, contra-arquivo.

ABSTRACT

This is a critical review of the book *Potential History: Unlearning Imperialism* by Ariella Aïsha Azoulay, which analyzes the intersection between history, memory, and imperialism. The book aims to deconstruct hegemonic narratives and highlight how photography, archives, and museums have served and continue to serve as tools of colonial domination. To achieve this, it adopts an interdisciplinary approach, engaging with theorists from various intellectual traditions and identifying photography as a device that shapes power relations. It concludes that the way photography has been used, exhibited, and/or archived reinforces imperialism, dehumanizes colonized populations, and legitimizes cultural expropriation. As an alternative, it proposes the creation of a counter-archive and the need to unlearn the epistemological structures that perpetuate domination.

KEYWORDS: imperialism, photography, memory, unlearning, counter-archive.

Ariella Aïsha Azoulay, em seu livro *História Potencial: Desaprender o Imperialismo*, apresenta uma reflexão incisiva sobre a interseção entre história, memória e imperialismo, convidando-nos a desaprender as narrativas hegemônicas que moldam nossa compreensão do mundo. Fruto de uma década de pesquisa, a obra dialoga com autores como Audre Lorde, Hannah Arendt, Michel Foucault, W.E.B. Du Bois, François Arago, Walter Benjamin, Sylvia Wynter, Audley

Moore, entre outros, e representa um chamado à ação ética e política.

Com uma sólida formação acadêmica e artística, Azoulay é professora do Departamento de Cultura e Mídias Modernas da Universidade Brown, graduada em Cinema e Literatura, mestre em Semiótica pela Universidade Paris VIII e doutora em História e Filosofia da Ciência e das Ideias pela Universidade de Tel Aviv, onde nasceu. Sua experiência em Teoria Política, História, Fotografia e Curadoria lhe permite oferecer uma análise complexa e abrangente.

Ao se posicionar como uma intelectual judia palestina, Azoulay propõe uma crítica contundente às estruturas de poder, violência e exclusão. Sua análise inovadora sobre as implicações políticas e ontológicas da fotografia—articulada por conceitos como o “clique do obturador” e o “obturador imperial”—ilustra como a técnica, ao transformar o mundo em categorias rígidas, contribui para a exclusão de sujeitos e histórias.

A metodologia apresentada vê a fotografia como um encontro. Essa noção de encontro vai além da simples interação entre a câmera e o sujeito fotografado; ela se baseia na ideia de que as imagens devem ser usadas para criar formas de relacionamento e entendimento, que não reifiquem as diferenças, mas as problematizem e busquem formas de reparação. Esse rompimento com a lógica do observador distante é uma recusa à passividade da academia e das práticas culturais imperialistas, propondo, em vez disso, um envolvimento ativo na reconfiguração da história e da memória.

Seu trabalho expõe o modo como a história é arquivada e lembrada, propondo um “contra-arquivo” que busca dar visibilidade a vozes e experiências ignoradas. Como Quijano (2005, p.130) destaca: “Aqui a tragédia é que todos fomos

conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira, seguimos sendo o que não somos.” Essa afirmação ressoa profundamente com a crítica de Azoulay sobre como a fotografia e outras tecnologias são utilizadas para criar imagens que moldam a identidade e a percepção coletiva, distorcendo realidades. A discussão desenvolvida ao longo do livro revela como o ato de ver e registrar é intrinsecamente ligado à lógica colonial, sugerindo que o “clique do obturador” não é meramente um ato técnico, mas uma “sinédoque das relações de poder”.

As imagens produzidas, são construções de uma “verdade” imposta, que desconsidera a agência e a voz dos retratados. Essa dinâmica, para ela, faz parte de um sistema imperial que continua a moldar a forma como vemos e nos relacionamos com os outros, principalmente os que foram marginalizados e despojados de seus direitos.

O livro original é dividido em sete capítulos, enquanto a versão brasileira – traduzida por Célia Euvaldo – contém três partes: 1. *Desaprender o Imperialismo*, 2. *História Potencial: Sem as Ferramentas do Senhor, Sem Ferramenta Nenhuma* e 3. *Reparo, Reparações, Retorno: A Condição de Mundanidade*. Apesar da redução, a tradução mantém a essência provocadora da obra para os estudos decoloniais.

No prefácio, a autora expressa sua recusa em se identificar como israelense e explica: “Eu me recuso em parte porque ser israelense significa ter direitos a terras roubadas e à propriedade alheia. Não me recuso, entretanto, aceitar as implicações herdadas dessa posição de agressora, a partir das quais e contra as quais esse livro foi escrito.” (Azoulay, 2024, p. 12). Assim, elanoss leva a refletir a complexidade das implicações morais dessa identidade, que está imbuída de violação e apropriação.

O primeiro capítulo, intitulado *Desaprender o Imperialismo*, é estruturado em torno da crítica ao papel das instituições culturais e dos artefatos saqueados, que se tornaram símbolos de um progresso imperial. A autora argumenta que esses artefatos, embora preservados, carregam uma narrativa de progresso que omite a violência, a destruição e o despojamento das comunidades originárias. A ideia central deste capítulo é a necessidade de “desaprender” essas narrativas, o que implica uma revisão crítica dos valores e normas que sustentam a visão ocidental sobre arte e patrimônio cultural.

Desaprender é uma maneira de reverter o papel dos marcos normalizados que estruturam o campo fenomenológico, marcos a partir dos quais a história moderna ainda é concebida e narrada, por exemplo, progresso e democratização no lugar de, digamos, destruição, apropriação e privação, seguidos (como em fases posteriores) pela “generosidade” imperial de prover aos despossuídos mediante políticas imperialistas. (Azoulay, 2024, p. 30).

O conceito de desaprender o imperialismo é apresentado como uma forma de resistência. Esse processo não se limita à crítica do imperialismo enquanto prática histórica, mas envolve uma desconstrução das formas de conhecimento e das estruturas que perpetuam o domínio imperial. O “desaprender” sugere uma mudança radical de paradigma: em vez de dar continuidade as divisões temporais e espaciais que sustentam o império, propõe uma ontologia política, adversa a hierarquia de saberes, e que restabeleça um diálogo igualitário entre as diferentes experiências humanas.

Neste capítulo, a concepção do tempo assume um papel central. Para a autora, o tempo é a ferramenta imperial mais

poderosa, pois a cronologia imposta pelo colonialismo reorganiza a história de forma a legitimar a exploração e o domínio imperial. Ciente disso, Azoulay propõe exercícios para desfazer a operação do obturador no espaço, no tempo e no corpo político, ressaltando que é necessário exercitar um pensamento não imperial como forma de aprender com a reversão.

O marco que oficializa a história da fotografia no mundo é 1839, mas a autora desloca suas origens para 1492, demonstrando que o passado não é uma simples sucessão de eventos, mas uma sedimentação que possibilita determinadas configurações no presente. Ela, busca evidenciar como uma série de acontecimentos históricos — genocídios, sociocídios e a produção e reprodução de ideias coloniais — foram injetadas na sociedade ao longo dos séculos para que, em 1839, a fotografia surgisse como uma nova aquisição, uma nova tecnologia a serviço da lógica imperial. Dessa forma, a fotografia não pode ser compreendida como um simples avanço técnico, mas como parte de um aparato que sustentou e naturalizou a dominação colonial, consolidando a separação entre aqueles que registram (sujeito) e aqueles que são transformados em (objeto) de registro.

Pensar a fotografia apenas no tempo em que ela foi oficializada significa separá-la da história, reproduzindo exatamente a lógica para a qual foi criada: não apenas registrar eventos, mas construir um tempo apartado, no qual os povos colonizados são fixados em um passado distante, dissociado do presente e do futuro. Essa manipulação temporal sustenta a narrativa do progresso ocidental, convertendo objetos e culturas vivas em relíquias do passado e, assim, justificando sua apropriação e controle. Como enfatiza Bárbara Pinheiro (2019, p. 331), “é preciso

educar a juventude mostrando narrativas diversas e decoloniais dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram.” A fotografia, enquanto tecnologia imperial, tem sido um dos instrumentos fundamentais para sedimentar uma visão eurocêntrica da história, apagando as contribuições e existências de povos não europeus.

Essa lógica também se conecta à crítica de Rodney William (2020), que aponta que “o racismo alimenta no imaginário coletivo as noções de superioridade branca e inferioridade de outros grupos étnicos” (p. 71). A fotografia, ao capturar imagens de povos colonizados a partir do olhar europeu, construiu um imaginário racializado que reforça a desigualdade global. A própria forma como as imagens foram organizadas nos arquivos ocidentais evidencia o controle imperial sobre a narrativa histórica, tratando sujeitos colonizados como objetos de estudo e não como agentes históricos.

Outro ponto importante levantado é a crítica à restituição de bens culturais que tem sido feita pelos museus de vários países. Azoulay argumenta que: “[...] o que foi tomado pelo movimento imperialista irrefreável, e retido como se fosse propriedade natural das instituições ocidentais, não pode ser parcimoniosamente redistribuído por meio de caridade, incrementos educacionais ou ajuda humanitária.” (Azoulay, 2024, p. 30). Dessa feita, aponta a conivência dos museus com o colonialismo, afirmando que esses espaços reproduzem a violência simbólica ao preservar objetos fora de seu contexto cultural e denuncia as tentativas de reparação como insuficientes, lembrando que a perda cultural é irrecuperável. Essa análise se torna especialmente relevante diante das discussões contemporâneas sobre colonialismo cultural e reparação.

No segundo capítulo, intitulado: *História Potencial: Sem as ferramentas do Senhor, Sem ferramentas nenhuma*, aborda o papel da história convencional na validação e manutenção da violência imperial. Sugere que, ao narrar os acontecimentos a partir de uma perspectiva que os encerra no passado, a disciplina histórica oculta a continuidade e as repercussões dessa violência no presente. “A história potencial” surge como uma resposta radical a essa limitação, recusando-se a aceitar que as consequências da violência imperial sejam perenes ou que a história deva ser contada de forma linear e finalizada.

A autora se dirige à história como uma ferramenta imperial, “ferramenta do Senhor” usada para validar e viabilizar a dominação através da narração de “histórias plausíveis”, que, por sua vez, escondem a brutalidade que molda essas narrativas. Essa reflexão se articula com a crítica de Pinheiro (2019), que discute como a colonialidade ainda estrutura nossa percepção de ciência e conhecimento:

Tocamos nossa existência chamando a Europa de ‘o velho mundo’ (mesmo sabendo que a humanidade surgiu na África); quando viajamos para a Europa dizemos que vamos ao berço das civilizações (mesmo sabendo que no mundo existem civilizações anteriores) [...]. Acreditamos que a Europa é o padrão de ciência e intelectualidade, assim sendo todo fenótipo fora do padrão europeu (a exemplo de pessoas negras e indígenas) é caracterizado como não desenvolvedor de ciência, mas de conhecimentos populares, de não intelectual, mas destinado a trabalhos braçais. (Pinheiro 2019, p. 333).

Ao recusar a transmutação da violência em história, a autora constrói uma narrativa insurgente que mantém vivas as lutas e potencialidades marginalizadas ou sufocadas pelas

narrativas dominantes. Ressalta, portanto, uma nova abordagem que reconheça essa violência, e afirme a possibilidade de reverter seus efeitos. “Os especialistas criam a história por meio da tecnologia imperial.[...], com mapas, pesquisas, censos, estatísticas, gráficos visuais e relatos acadêmicos, e nos apresentam esse mundo como fato consumado. Ele não é um fato consumado.” (Azoulay, 2024, p. 94). Isso implica que, a forma como a história é produzida e apresentada não é neutra, mas sim uma construção que serve aos interesses do poder.

A história potencial nos instiga a refletir sobre um possível deslocamento analítico de instituições culturais (arquivos, museus e bibliotecas) como ferramentas do senhor, para o reconhecimento das lutas contínuas, como a dos povos negros, indígenas e da resistência palestina, como partes de um presente em disputa.

No terceiro capítulo, *Reparo, Reparações, Retorno: A Condição de Mundanidade*, a autora explora as complexas relações entre o arquivo histórico, a violência da escravidão e a luta por reparações. O texto critica a abordagem tradicional de arquivos como fontes definitivas para quantificar o impacto da escravidão, e argumenta que eles perenizam a desumanização ao transformar milhões de africanos escravizados em estatísticas, apagando suas histórias e individualidades. Ou seja, para ela a história não deve apenas descrever o desenvolvimento dessas ferramentas, mas se comprometer a torná-las inaplicáveis no futuro.

O conceito da “porta do não retorno” ilustra a brutalidade desse processo: um conceito para a experiência de desumanização daqueles que foram arrancados de seus mundos e transportados para uma realidade que os redefiniu exclusivamente como escravos, negando suas

vidas e histórias prévias. Esse processo de desumanização remete ao pensamento de Mbembe, segundo o qual “a raça era simultaneamente o resultado e a reafirmação da ideia global da irredutibilidade das diferenças sociais” (Mbembe, 2014, p. 57). A raça, nesse contexto, surge como uma construção que justifica e mantém a hierarquia e a exploração, sendo fundamental para a dominação colonial e escravista.

Neste terceiro capítulo, a questão do arquivo, que permeia todo o livro, é aprofundada, destacando seu papel como uma tecnologia que legitima a violência de forma institucionalizada. Longe de ser um repositório neutro de fatos, o arquivo funciona como uma ferramenta de dominação, reduzindo indivíduos a categorias desumanizadoras, como a persistência do rótulo de “escravo” mesmo após a abolição formal.

Se nos capítulos anteriores foram trabalhados consecutivamente a ideia de “desaprender o imperialismo” e a identificação das “ferramentas do Senhor”, neste terceiro capítulo ela trabalha o conceito de “letramento do imperdoável”, uma ideia que inflama as práticas convencionais de leitura de imagens e documentos históricos, destacando que, ao olhar para as imagens e registros de pessoas escravizadas, devemos rejeitar a narrativa que limita essas pessoas ao estatuto de escravos, e em vez disso, imaginar suas vidas e histórias antes do cativeiro. Esse letramento exige que se reconheça a violência contínua do roubo de suas vidas e que se conteste as estruturas arquivísticas que priorizam detalhes técnicos sobre a realidade humana da escravidão.

A autora nos impele não invalidar a tecnicidade dos arquivos mas, a questionar como o debate sobre reparações é conduzido. Com o argumento de que o foco em “precisão

histórica” – em termos de datas, lugares, contratos e valores financeiros – obscurece a lógica mais ampla da violência imperial e colonial. O sistema arquivístico, quando impõe a necessidade de mais pesquisa para justificar as reparações, limita a compreensão da violência histórica e, portanto, da urgência e legitimidade das reivindicações de reparação.

Um dos conceitos centrais do livro é o de concidadania. Esse conceito rejeita a lógica da cidadania imperial, que define quem é digno de direitos e quem está excluído, e propõe uma visão de pertencimento que não é determinada por fronteiras nacionais ou pelo status de “cidadão”. A concidadania, ao contrário, é um conceito que abarca todos aqueles que se opõem ao colonialismo, ao capitalismo racial e à exclusão, criando um novo tipo de solidariedade entre sujeitos. Essa proposta de concidadania não é uma meta para o futuro, mas uma prática presente que exige uma reconfiguração das relações políticas e sociais, reconhecendo a dignidade e os direitos de todos, independentemente das classificações impostas pelo imperialismo.

O livro também critica a busca incessante por “novidades” no campo acadêmico, e questiona a ideia de que as soluções para os problemas contemporâneos sejam inéditas. A autora afirma que a resistência ao imperialismo, ao colonialismo e ao capitalismo não é uma invenção moderna, mas uma prática que já existia entre os povos oprimidos, cujas histórias foram apagadas ou distorcidas. O desaprender implica, portanto, um reconhecimento de que a resistência e as formas de reparação não precisam ser descobertas, mas sim recuperadas e revitalizadas. Portanto, a leitura de *História Potencial* é essencial não somente para acadêmicos, mas para qualquer pessoa interessada em compreender as complexidades da história contemporânea e o papel que

cada um desempenha na construção de um futuro mais justo.

Azoulay (2024) nos instiga a refletir sobre nossa própria posição no mundo e a responsabilidade que temos para com aqueles que ainda lutam contra as consequências do imperialismo. Desse modo, essa obra é um manifesto por um olhar mais crítico e humano sobre o passado e suas implicações no presente.

Referências

AZOULAY, Ariella Aïsha. História Potencial: Desaprender o Imperialismo. Ubu Editora, 2024.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África Descolonizada. Portugal: Edições Pedago-LDA, 2014.

PINHEIRO, Bárbara. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 19, p. 329–344, 2019.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

WILLIAM, Rodney. Apropriação Cultural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.